



2018/08/26

## Os EUA e o controlo do espaço exterior. Um novo ramo das forças armadas ou um comando combatente?

Alexandre Reis Rodrigues

Os EUA vão criar uma força militar para o espaço exterior<sup>1</sup>. O propósito é recuperar o nível de superioridade que tinham nesse domínio, vantagem agora ameaçada pelos investimentos que a China e a Rússia têm feito em armamento antissatélite,<sup>2</sup> com o objetivo de explorar a vulnerabilidade da dependência do poder militar dos EUA em relação aos espaços cibernético e espacial.



Só ainda não está claro se a concretização desse objetivo revestirá a forma de um novo ramo das Forças Armadas americanas (seria o sexto) - aparentemente, a solução que o Presidente prefere<sup>3</sup> - ou de um novo comando combatente unificado<sup>4</sup> (seria o 11<sup>o</sup>), a solução que o Pentágono defende.<sup>5</sup>

A ideia de criar um novo ramo das forças armadas para o espaço não é nova. Foi avançada em 2000 por Donald Rumsfeld, como presidente de uma comissão que estudou uma reforma das forças armadas, mas foi posta de lado por força dos atentados terroristas do 11 de setembro que vieram a estabelecer outras prioridades. Foi retomada recentemente, no passado mês de junho, por alguns membros do Congresso, embora a solução defendida incluía apenas uma reorganização da Força Aérea que, como o maior utilizador de sistemas de satélites (77 satélites em órbita contra 12 da Marinha), passaria, com um novo órgão, a centralizar serviços que se encontram dispersos por toda a estrutura, na procura de uma gestão mais eficaz, quer administrativamente, quer operacionalmente.<sup>6</sup>

Pelo que é conhecido, será muito difícil vir a concretizar-se a criação de um novo ramo, decisão que está exclusivamente no âmbito do Congresso. Para além das dificuldades políticas de conseguir a maioria necessária, pesará, certamente muito, a oposição firme do Pentágono que é antiga. James Mattis, o atual Secretário da Defesa, que também não se desvia dessa posição, considera uma medida desnecessariamente burocrática e com uma elevada sobrecarga administrativa.

<sup>1</sup> Geralmente aceite, como o espaço em altitude 100 quilómetros acima da superfície da terra.

<sup>2</sup> «In June 2018, the intelligence community warned that Russia and China are working on "destructive counterspace weapons" that will most likely be operational in the near future». "Over our heads: How the great powers competition is extending into space", Kathna Muralidharan, Aug 24 2018, Lexington Institute.

<sup>3</sup> «A Space Force separate but equal to the Air Force».

<sup>4</sup> Presentemente, estão constituídos seis comandos geográficos e quatro funcionais. No primeiro grupo, estão os seguintes: *Africom*, *Centcom*, *Eucom*, *IndoPacom*, *Northcom* e *Southcom*. O segundo grupo incluiu o *Cybercom*, *Socom*, *Stratcom* e o *Transcom*.

<sup>5</sup> Não se trata necessariamente de alternativas. Pode, eventualmente, vir a optar-se, em simultâneo, pelo novo ramo e pelo novo comando.

<sup>6</sup> Foi o passo dado pela Rússia, quando em 2015, juntou a sua Força Aérea, com as forças espaciais no que passou a designar-se por "Russian Aerospace Forces".

Mattis apoia, no entanto, a criação de um novo comando combatente unificado (“*US Space Command*”) que funcionará com efetivos retirados dos ramos (“*Space Operations Force*”) e será, presumivelmente, um comando funcional tal como é o “*US Cyber Command*”, o mais recente (estabelecido em maio deste ano). Menos controversa, será a intenção de criar uma nova agência (“*Space Development Agency*”) que centralizará os programas de todos os ramos para aquisições de meios para o espaço, setor que a administração, pela voz do Vice-Presidente, considera estar excessivamente burocratizado.

Por mais interessante que esta polémica possa ser não é, no entanto, o que é realmente importante. Há questões que se põem antes de decidir sobre a procura de novos meios e reorganizações da estrutura de forças. Como deverão os EUA reagir perante estes novos desafios? Será que as circunstâncias presentes justificam admitir a possibilidade de uma guerra no espaço? Afinal, para que propósito deverá a administração americana preparar forças para o espaço? Para um conflito limitado nos seus objetivos e duração ou como parte de um confronto geral envolvendo todos os domínios?

Que o espaço está a tornar-se num domínio de confronto entre as grandes potências já não restam dúvidas. Só falta saber como, em termos estratégicos, se está a perceber o desafio e que risco à sua credibilidade corre o “*Outer Space Treaty*”<sup>7</sup> que proíbe a colocação de armas de destruição maciça e reafirma a liberdade de exploração e uso apenas para fins pacíficos.

As perspetivas não são animadoras. Perante o óbvio propósito da Rússia e China em criarem formas de explorar a vulnerabilidade da dependência das capacidades militares dos EUA em relação ao domínio espacial, o Pentágono já não hesita em considerar o espaço exterior como um «*warfighting domain*», onde a superioridade americana deve ser olhada da mesma forma com que se encara a superioridade aérea.<sup>8</sup> É o próprio secretário da Defesa que o confirma quando diz: «*We need to address space as a developing warfighting domain and a combatant command is certainly one thing that we can establish*».

Como se abordará esta intenção, quer na escolha de meios a empregar, quer na definição dos objetivos a alcançar, depende da evolução da situação (perceção da ameaça) e da forma como serão encarados os aspetos legais e as questões tecnológicas. Calcula-se que se opte por uma abordagem por fases, começando por tentar melhorar as condições de sobrevivência da rede de satélites com soluções que não violem as limitações que o “*Outer Space Treaty*” impõe.

Há várias medidas a explorar. Tornar a rede maior, com vários nódulos a proporcionar redundâncias, será, eventualmente, uma delas. É uma solução atrativa porque a alternativa de apostar numa melhoria da sobrevivência dos satélites a ataques diretos tem reduzidas possibilidades de sucesso.<sup>9</sup> Serão também feitos investimentos para os tornar mais resistente a interferências eletrónicas e ataques cibernéticos. Mas, seguramente, haverá outras medidas de que não se fala em público. Serão essas e não as atrás referidas que, no final, justificarão a criação de um novo ramo ou um novo comando.

---

<sup>7</sup> Foi estabelecido em 1967 e formalmente designado por “*Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies*”.

<sup>8</sup> Segundo declarações do Secretário da Força Aérea e do Chefe do Estado Maior, em maio de 2017, à subcomissão do Senado para as forças estratégicas.

<sup>9</sup> As órbitas são previsíveis, a sua mobilidade é limitada e não são facilmente blindáveis.